

FRASE, ORAÇÃO, PERÍODO E ENUNCIADO: A SINTAXE NOS JOGOS DE VERDADE DE GRAMÁTICOS E DE LINGUISTAS

José Marcos de França

RESUMO: Neste artigo, temos como objetivo, alicerçados nos aportes da Análise do Discurso francesa (FOUCAULT, 2005, 2007), analisar em que jogos de verdade os discursos de manuais de gramáticas que definem/conceituam categorias sintáticas como frase, oração e período se baseiam. Como os linguistas criticam as imprecisões e lacunas que a gramática normativa apresenta, confrontamos as definições/conceitos das mesmas categorias dadas em manuais escritos por linguistas. Esses conceitos foram confrontados com o de enunciado, com base em Bakhtin (2003), no sentido de vermos a coerência dos sujeitos-autores, gramáticos e linguistas, com a formação discursiva em que estão inseridos.

PALAVRAS-CHAVE: Sintaxe. Jogos de Verdade. Gramática Normativa.

ABSTRACT: This article aims at analyzing in which games of truth grammar book discourses that conceptualize syntactic categories as a sentence, clause and period reside, based on the contributions of French Discourse Analysis (FOUCAULT, 2005, 2007). As linguists criticize the inaccuracies and gaps that grammar rules present, we confront the definitions/concepts taught in the same categories of books written by linguists. These concepts were confronted with enunciation theory, based on Bakhtin (2003), to verify the consistency of subject-authors, grammarians and linguists, with the discourse background to which they belong.

KEYWORDS: Syntax. Games of Truth. Normative Grammar.

INTRODUÇÃO

Em princípio, os linguistas, de posse do discurso acadêmico e científico, criticam com certa rigidez as falhas, equívocos e imprecisões que os gramáticos conservam em suas obras em favor de uma tradição normativo-gramatical. Essa atitude dos gramáticos faria perdurar definições e conceitos de categorias gramaticais imprecisas, equivocadas e inconsistentes. Assim, em vista disso, os linguistas cobram mudanças nas gramáticas normativas que as tomem mais flexíveis e atualizadas com a mobilidade da língua. Diante disso, fizemos um confronto entre os discursos de sujeitos-autores, gramáticos e linguistas, contidos em gramáticas e obras escritas por linguistas que

fazem a mesma abordagem das gramáticas, mas baseadas no discurso da ciência da linguagem, ou seja, seus autores estão inseridos na formação discursiva da ciência da linguagem, a Linguística.

Nosso *corpus* de análise foi formado pelos enunciados de conceitos e definições de algumas categorias da sintaxe, como *frase, oração e período*, contidos em cada obra. Com os aportes da Análise do Discurso francesa (FOUCAULT, 2005, 2007a, 2007b; OLIVEIRA, 2005, 2007; POSSENTI, 2009) analisaremos tais categorias sintáticas no sentido de revelar em que *jogos de verdade* elas se sustentam e de confrontar as *vontades de verdade* que o discurso da tradição normativo-gramatical e o discurso da ciência linguística construíram para tais categorias.

Os *autores-gramáticos* (que adiante serão designados por *sujeitos-autores-linguistas – SAG*) cujas obras serão aqui referenciadas têm sua menção justificada nos seguintes termos: Cunha (1986), *Gramática da Língua Portuguesa*, por ser um dos gramáticos mais bem conceituados e tradicionais; Sacconi (1994), *Nossa Gramática: teoria e prática*, por ser um dos herdeiros da tradição normativa purista; Nicola e Infante (1999) pelo título da obra *Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa* remeter à ideia de atual (em sintonia com o aqui e agora); Infante (2001), pelo título da obra *Curso de Gramática Aplicada aos Textos* parecer estar em sintonia com a proposta linguística de ensino gramatical: a partir do texto; Cereja e Magalhães (1999), por ser uma gramática reflexiva, “*Gramática Reflexiva: texto, semântica, interação*”, o que seria um trabalho inovador, visto que se trata do primeiro do gênero.

Para fazer o contraponto com esses discursos da gramática normativa (GN), selecionamos também algumas obras de *autores-linguistas* (que serão designados mais adiante *sujeitos-autores-linguistas – SAL*) por apresentarem caráter didático-pedagógico. As obras de Macambira (1999), *A Estrutura Morfo-Sintática do Português*, e de Azeredo (2004), *Fundamentos de Gramática do Português*, que designamos por Manuais Didáticos de Linguística (MDL), destinam-se a uma didatização de ensino de gramática sob o olhar da Linguística, e por isso têm um caráter pedagógico. Por sua vez, a obra de Perini (2004), *Gramática Descritiva do Português* (GD), que se configura como uma gramática descritiva, tem por princípio apenas descrever os fatos da língua sem fazer julgamento de valor.

Nesta discussão, fizemos o contraponto entre os conceitos contidos nas referidas obras de gramáticos e linguistas com a concepção de *enunciado*, assumida por Bakhtin (2003). Esse contraponto objetiva ver até que ponto os sujeitos-autores estão coerentes com suas respectivas formações discursivas, já que o referido autor russo há anos já apontava para a confusão terminológica-conceitual que os gramáticos faziam com as referidas categorias sintáticas confundindo-as com a concepção de enunciado. Sendo assim, procuraremos ver se os *jogos de*

verdade e o *saber* em que se baseiam os autores gramáticos e linguistas, atuais, desfazem essa confusão, mais precisamente estes últimos, cujo saber se respalda na ciência da linguagem, e que tanto criticam a inflexibilidade da GN.

Nosso trabalho discutirá, no primeiro momento, as concepções de jogos e vontade de verdade, ligadas às relações de saber/poder; em seguida, analisará os conceitos/definições das categorias sintáticas apresentados por gramáticos e linguistas; por fim, analisará as categorias sintáticas em confronto com a concepção de enunciado derivada de Bakhtin (2003).

1. OS JOGOS/VONTADE DE VERDADE EM TORNO DA LÍNGUA

Oliveira (2005, p. 49), retomando Foucault, admite que

[...] o “poder” nem é um bem nem um mal, *o poder são jogos estratégicos*. Em geral, o “poder” é uma força produtora que vai gerir a vida dos homens e mulheres, controlando-os em suas ações, levando-os a desenvolver suas potencialidades, auxiliando-os no *cuidado de si* e, conseqüentemente, no *cuidado dos outros*.

Se, como foi afirmado acima, “o *poder* são jogos estratégicos”, então, “os *jogos de verdade* estão inevitavelmente relacionados às relações de *poder*”. Conseqüentemente, “a *vontade de verdade*, na qual estão incluídos os *jogos de verdade*, desempenha o papel de suporte de instrumento para os efeitos das *relações de poder*” (OLIVEIRA, 2005, p. 50). Diante disso, podemos dizer que o exercício de *poder* baseado no *saber* linguístico, seja por meio da “verdade” da GN, seja por meio da “verdade” da Linguística, não é em princípio bom ou mau, mas “uma força produtora” que está relacionada, de alguma forma, ao “cuidado de si” no trato da língua materna.

Possenti (2009) chama a atenção para o fato de que em Foucault o *saber* não é qualquer conhecimento acumulado, mas aquele advindo da ciência; contudo, o autor faz a seguinte ressalva:

No entanto, não é exatamente assim que se caracteriza um saber – isto é, como um estágio, uma fase – porque não é necessário que um saber, para ser um saber, venha posteriormente a transformar-se em uma ciência, galgando outro limiar [...]. Ou seja, nem todos os saberes se tornam ciências, segundo Foucault. Isso é claro. Mas também é claro que os discursos que não sejam produzidos de forma organizada à moda das ciências não são saberes, para Foucault. (POSSENTI, 2009, p. 170)

Aplicando essa observação à GN e à Linguística, em princípio, esta seria o resultado da “relação do saber com a ciência” e aquela, o resultado dos “saberes construídos segundo outros procedimentos” (POSSENTI, 2009, p. 170). Contudo, estes, de acordo com a citação anterior, não deixam de ser *saberes*. Ou seja, os *saberes* contidos na GN/GT não podem ser menosprezados como não *saberes* por não advirem do discurso científico. Isso porque, diz Possenti (2009, p. 172): os “saberes são campos organizados, tão organizados que muitos até os caracterizam (de fato, os caracterizam) como científicos: bons exemplos são a psiquiatria, a economia, a antropologia, a gramática etc.”

Ora, essa *vontade de verdade*, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um *suporte institucional*: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios de outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, *pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade*, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. (FOUCAULT, 2005, p. 17[grifo nosso])

Não é preciso lembrar que gramáticos e linguistas se apoiam em um “suporte institucional”, portanto, seus *saberes* são institucionalizados. Entretanto, como frisa o autor, o “modo como o *saber* é aplicado” na sociedade é diferenciado, pelo menos em princípio: a GN, de modo prescritivo e a Linguística, de modo descritivo.

Na perspectiva foucaultiana, a “verdade” está centrada no discurso da ciência com o respaldo das instituições que o produzem. Para o autor,

[...] uma vontade de saber que impunha ao sujeito cognoscente (e de certa forma antes de qualquer experiência) certa posição, certo olhar e certa função (ver, em vez de ler, verificar, em vez de comentar); uma vontade de saber que prescrevia (e de um modo mais geral do que qualquer instrumento determinado) o nível técnico do qual deveriam investir-se os conhecimentos para serem verificáveis e úteis. (FOUCAULT, 2005, p. 16-17)

Para Foucault (2005), é como se, para nós, “sujeito cognoscente”, a *vontade de verdade* e suas peripécias fossem mascaradas pela própria “verdade” em seu desenrolar necessário. A razão disso é, talvez, o fato de o discurso verdadeiro não ser mais, com efeito (aliás, isso desde os gregos), aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o *poder*, na *vontade de verdade*, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, justamente porque o que está em jogo é o desejo e o *poder*. Por isso o discurso verdadeiro, cuja necessidade de sua forma liberta do desejo e liberta do *poder*, não pode reconhecer a *vontade de verdade* que o atravessa; conseqüentemente, a *vontade*

de verdade (essa que nos é imposta há bastante tempo) é tal que a “verdade” que ela quer não pode deixar de mascará-la. Nesse sentido, a afirmação seguinte do filósofo é pertinente à discussão:

Assim, só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura [...]. (FOUCAULT, 2005, p. 20)

2. OS JOGOS DE VERDADE NA CONSTITUIÇÃO DE CONCEITOS DE CATEGORIAS SINTÁTICAS: FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO

Lembrando que a sintaxe é a parte da gramática que estuda as relações e as funções das categorias gramaticais em determinados contextos, vamos, neste tópico, fazer uma análise dos enunciados que constituem conceitos/definições de algumas categorias sintáticas, tais como *frase*, *oração* e *período*, no sentido de revelar os *sujeitos*, os *jogos/vontade de verdade* e o *saber/poder* que permeiam, constituem e são constituídos nos discursos constitutivos desses enunciados. Nesse sentido, convém citar Oliveira (2005, p. 50-51): “os *jogos de verdade* alicerçados nas relações de poder são responsáveis pela constituição dos indivíduos em sujeitos”; por isso, diz ainda a autora, são “esses *jogos de verdade* que, numa sociedade, determinam o modo ‘verdadeiro’ de ser sujeito [...]”. Em nosso caso, constituem os sujeitos-autores gramáticos e linguistas como autoridades da língua.

Buscaremos ver como cada *sujeito-autor* define/conceitua cada categoria sintática: se há um consenso conceitual entre os próprios autores-gramáticos e entre gramáticos e linguistas. Como foi dito no tópico anterior, os sujeitos-gramáticos estão alicerçados no saber normativo-gramatical da tradição e os sujeitos-linguistas no saber da ciência, tido como o ‘verdadeiro’ saber, segundo os preceitos foucaultianos.

2.1 A frase: definições/conceitos

Começemos pelo conceito de *frase*. Assim, vejamos os conceitos a seguir:

(1) A **frase** é uma **enunciação** de sentido completo, a verdadeira unidade da fala. (CUNHA, 1984, p. 135)

(2) A **frase** se define pelo seu propósito **comunicativo**, ou seja, pela sua capacidade de, num intercâmbio lingüístico, ser capaz de transmitir um conteúdo satisfatório para a situação que é utilizada. (INFANTE, 2001, p. 412)

(3) **Frase** é a unidade de texto que numa situação de **comunicação** é capaz de transmitir um pensamento completo. (CEREJA; MAGALHÃES, 1999, p. 211)

(4) Costumamos entender por **frase a menor enunciação verbal suficiente para a expressão de um ato comunicativo**¹, seja ela uma interjeição, seja um período. (AZEREDO, 2004, p. 66)

Nas demais obras, o conceito de frase não é dado diretamente, ou é dado por citação de outro autor. Neste caso, especificamente, nas duas obras em que isso ocorre, as duas fazem, coincidentemente, a mesma referência a Mattoso Câmara. Tanto em Nicola e Infante (2001) quanto em Perini (2004) encontra-se a seguinte definição atribuída ao referido linguista, retirada de seu *Dicionário de Lingüística e Gramática*:

(5) *Unidade de comunicação lingüística, caracterizada, como tal, do ponto de vista comunicativo – por ter um propósito definido e ser suficiente para defini-lo, e do ponto de vista fonético – por uma entonação, que lhe assinala nitidamente o começo e o fim.* (NICOLA; INFANTE, 2001, p. 243)

(6) *Unidade de comunicação lingüística, caracterizada [...] do ponto de vista comunicativo – por ter um propósito definido e ser suficiente para defini-lo –, e do ponto de vista fonético – por uma entoação [...] que lhe assinala nitidamente o começo e o fim.* (PERINI, 2004, p. 61)

Em Sacconi (1994), não há uma definição explícita, direta. Antes há uma definição “indireta” e um comentário contrário ao que seria o conceito tradicional de frase, como o de (2). Quando dizemos “indireta” é porque aparece como “título” do tópico que discorre sobre frase e não é retomado no decorrer do texto, a exemplo de

¹ Os grifos são do autor.

(7) *Frase, a unidade mínima da comunicação.* (SACCONI, 1994, p. 283), para logo a seguir dizer:

(8) **Não há fundamento** na afirmação de que a frase deve ter, necessariamente, sentido completo, já que as palavras vicárias **sim** ou **não** (das respostas), isoladas de um contexto, nada representam; só vão ter sentido se houver um propósito definido de expressar um pensamento, caso em que substituem uma oração. (SACCONI, 1994, p. 283)

Em Macambira (1999), o termo *frase* não aparece. O autor trabalha com o conceito de *oração* e não faz nenhuma menção ao termo *frase*.

No trecho (2), a definição de *frase* é o que se pode chamar de “clássica”, pois essa definição, salvo algumas diferenças, na essência, é a mesma constante nos mais tradicionais manuais de gramática. Cada definição de frase acima exposta traz uma “verdade” e um *saber* que divergem e convergem, paradoxalmente, em determinados pontos, entre as de caráter gramatical normativo e entre as de caráter linguístico. Diante disso, é preciso esclarecer que, com o surgimento da NGB, há uma mudança significativa nos textos e discursos gramaticais, pois a própria implementação da nomenclatura já foi um ato político-linguístico que teve toda uma influência do discurso científico, ou seja, o discurso da ciência sobre a língua aliado à vontade política é que proporciona a implementação da nomenclatura.

Porém, como ressalta Baldini (1998, p. 101), “por se tratar de uma nomenclatura que não define sua terminologia, pode-se pensar que a NGB deixa ‘livre’ aos gramáticos definirem o que significa cada termo, isto é, o gramático é livre para fazer os seus comentários”. Isso pode muito bem justificar porque cada gramático dá uma definição do termo. Há uma variedade de definições que remetem a novos *saberes*, como “unidade”, “enunciação”, “unidade de comunicação”, “unidade mínima”, “fala”, “texto”, o que implica novas *vontades de verdade*, ou seja, a cada definição quer se impor uma *vontade de verdade* de cada *sujeito-autor* num exercício de seu *saber/poder*. Nesse sentido, Oliveira (2005, p. 50) afirma que

Toda produção discursiva posta em funcionamento em uma dada formação social será veiculadora das relações de poder que formam o corpo social e, evidentemente, dos *jogos de verdade*. Por sua vez, os efeitos de poder terão o suporte dos *jogos de verdade*. Não há a possibilidade de supor as relações de poder desvinculadas dos *jogos de verdade*.

Assim, é preciso dizer que à instância do *saber*, como salienta Oliveira (2005), estão inevitavelmente relacionadas as *relações de poder*. Com isso, queremos dizer que é por meio da demonstração de domínio de um *saber* que ele, o *sujeito-autor*, poderá estar, numa dada FS, participando das *relações de poder* que formam os *jogos de verdade*. É preciso lembrar aqui que *jogos de verdade*, na concepção foucaultiana, compreende um conjunto de regras de produção de “verdade” e que a “verdade” é transitória, histórica e social; portanto, sujeita às determinações histórico-sócio-ideológicas que o momento oferece (OLIVEIRA, 2005). Por isso, os enunciados acima revelam e corroboram o fato de que ao mesmo tempo em que os *autores-gramáticos* procuram impor uma “verdade” que os distinga entre si, por outro lado, não é possível fugir às determinações das condições de produção (assujeitamento). E mais: os efeitos de sentido não divergem em essência e se aproximam, entre si, nas definições de gramáticos e linguistas.

Um aspecto relevante dessa observação é o fato de todos os enunciados, de (3) a (7), fazerem remissão ao ato de *comunicação*. Isso demonstra que *autores-gramáticos* e *autores-linguistas* têm um ponto em comum para as formulações de suas definições, o que se explicaria pelos *jogos de verdade* que as condições histórico-ideológicas oferecem. Ressaltamos que a NGB é esse ponto nodal para o qual convergem esses dizeres sobre a língua.

A ideia de *frase* como *completude* (seja por meio da palavra *completo*, seja por meio de outra expressão que dá a mesma ideia) é outro ponto de convergência entre os *sujeitos-autores*, quer gramáticos, quer linguistas, a exemplo dos enunciados (1) a (6), transcritos anteriormente e recortados a seguir:

(9) “*enunciação de sentido completo*”

(10) “*capaz de transmitir um conteúdo satisfatório*”

(11) “*capaz de transmitir um pensamento completo*”

(12) “*enunciação verbal suficiente*”

(13) “*ser suficiente para defini-lo*”

(14) “*assinala nitidamente o começo e o fim*”

Ora, é justamente essa *verdade* em torno da ideia de *completude* que Sacconi critica, como ilustrada em (9). Como diz o autor, fora de um contexto comunicativo uma frase pode não ser tomada como tendo um sentido completo e, no entanto, ser uma frase. Essa posição do referido autor demonstra divergência entre os próprios *autores-gramáticos* e em relação ao discurso dos *autores-linguistas*. Os SAL não apresentam conceitos/definições divergentes dos apresentados pelos SAG. Aliás, os casos (10) e (11) são rigorosamente a mesma definição tomada em Mattoso Câmara e apresentada nesse dizer como “argumento de autoridade”.

2.2 A Oração: definições/conceitos

Passemos ao segundo termo: *oração*. Vejamos como os *sujeitos-autores* o definem:

(15) *É todo e qualquer **enunciado** que contém verbo ou expressão verbal.* (SACCONI, 1994, p. 286)

(16) *A frase ou membro de frase que se organiza ao redor de um verbo recebe o nome de **oração**.* (NICOLA; INFANTE, 1999, p. 245)

(17) *À frase ou ao membro de uma frase que se organiza ao redor de um verbo ou locução verbal damos o nome de **oração**.* (INFANTE, 2001, p. 412)

(18) *É o **enunciado** que se organiza em torno de um verbo.* (CEREJA; MAGALHÃES, 1999, p. 211)

(19) *É uma frase que apresenta determinado tipo de estrutura interna, incluindo sempre um **predicado** e freqüentemente um **sujeito**, assim como vários outros termos.* (PERINI, 2004, p. 61)

(20) *Chama-se **oração a unidade gramatical construída em torno do verbo**.* (AZEREDO, 2004, p. 150)

(21) *A oração é uma seqüência de termos subordinantes e subordinados, cujo ponto de partida, o **sujeito**, é o único subordinante jamais subordinado, bem como o princípio e o fim de todas as*

relações sintáticas: o princípio porque tudo parte dele, o fim porque tudo volta para ele. (MACAMBIRA, 1999, p.151)

Em Cunha (1986), não encontramos uma definição para *oração*, embora ele faça referência a ela, sem defini-la, quando das explicações sobre *frase*, donde se infere que ele julgue ser sabida por todos, daí não haver necessidade da definição.

Todas as definições acima, no entanto, com exceção de (21), têm no *verbo* o elemento central das definições. Em (21) é o *sujeito* que assume esse papel central e o verbo nem sequer é mencionado, o que implica dizer que, para ser *oração*, basta ter sujeito. Porém, é sabido que o sujeito só existe em relação com um verbo; assim, a definição de (21) é, no mínimo, curiosa; no entanto, o *sujeito-autor* não fornece maiores explicações que esclareçam sua posição sobre essa definição.

Essa discussão pode ir mais além, pois a divergência/convergência apontada ilustra que esses conceitos ora apresentam uma mesma *vontade de verdade* ora procuram impor outra *vontade de verdade*, apesar de estarem na mesma FD, nos mesmos *jogos de verdade* que partem de uma mesma FD, a NGB. Em relação aos enunciados advindos da FD da Linguística – (19), (20), (21) – em princípio, como ocorreu com o conceito/definição de *frase*, não fogem à conceituação/definição da tradição normativo-gramatical.

2.3 O período: definições/conceitos

O outro termo que abordaremos aqui é o *período*. Vejamos sua definição entre os autores:

(22) **Período** é a frase organizada em oração ou orações. (CUNHA, 1986, p. 137)

(23) **Período** é a frase expressa por uma ou várias orações. (SACCONI, 1994, p. 286)

(24) Chamamos **período** à frase constituída de uma ou mais orações, formando um todo, com **sentido completo**. (NICOLA; INFANTE, 1999, p. 245)

(25) A frase organizada em orações constitui o **período**. (INFANTE, 2001, p. 412)

(26) Dá-se o nome de **período** à frase organizada em oração ou orações. (CEREJA; MAGALHÃES, 1999, p. 211)

(27) Tradicionalmente, emprega-se também a designação **período** para as orações que constituem uma frase. (PERINI, 2004, p. 62)

(28) O termo **período** é usado para designar uma **oração simples ou uma união de orações que funcionam como unidade de comunicação entre a pessoa que fala/escreve e a pessoa que ouve/lê**. (AZEREDO, 2004, p. 150)

Macambira (1999) não apresenta o termo *período* em sua obra como fazem os demais autores, gramáticos e linguistas.

Nos enunciados elencados acima, os conceitos/definições de *período*, em síntese, se equivalem ora ao da *oração* ora ao da *frase*. Em nada diferem do que apresentam os SAG e os SAL: ambos seguem na mesma “verdade” conceitual-terminológica. Assim, os *jogos/vontade de verdade* que envolvem essa categoria sintática convergem nas duas FD, da GN e da Linguística. Mesmo porque, a rigor, eles não apresentam um conceito, mas considerações em torno do que a identifica e a caracteriza.

3. NO CONTRAPONTO: O ENUNCIADO

Feitas as análises preliminares, vamos a uma discussão sobre os conceitos/definições de *frase*, *oração* e *período* em contraponto com o de *enunciado*, extraída de Farias (2003). Essa discussão o autor vai buscar em Bakhtin (2003), no ensaio, constante na obra *Estética da Criação Verbal, Gêneros do Discurso*, e aplica-a na análise de seis GN brasileiras. Farias (2003) se propõe discutir questões terminológicas e conceituais, apontadas por Bakhtin, que envolvem as três categorias sintáticas supra citadas e o *enunciado*, e como esses problemas se repetem na teorização e conceituação nessas GN.

Segundo Farias (2003), Bakhtin já apontava para essa confusão terminológica que envolvia as definições e conceitos dos termos *frase*, *oração*, *período* e *enunciado*, dizendo que os gramáticos não tinham claras tais definições, haja vista que esses conceitos se misturam, se contradizem, provocando uma confusão terminológica em que o conceito de um por vezes se confunde com o do

outro, não ficando claro ao leitor o que é *enunciado* ou *oração* ou *frase* ou *período*. Isso porque, diz o autor,

Em seu estudo sobre os *gêneros do discurso*, Bakhtin observa que a *comunicação verbal* se dá através de *enunciados*, sendo estes a instância que faz a ligação da língua com a vida, com a sociedade e, portanto, com a história. Desse pressuposto decorre a definição do enunciado como a *unidade real da comunicação verbal*², cujo estudo [...] Bakhtin considera fundamental para esclarecer aspectos importantes da comunicação verbal e das próprias unidades da língua. (FARIAS, 2003, p. 160)

Ora, como o autor aponta na citação acima, “a comunicação verbal se dá através de enunciados”, e, para Bakhtin (2003), o enunciado é a verdadeira “unidade real da comunicação verbal”. O conceito em (2) – “**A frase é uma enunciação de sentido completo, a verdadeira unidade da fala**” – equivale, pois, a enunciado. Pelos conceitos/definições expostos, vemos que *enunciado* e *frase* se tornam sinônimos, o que nos leva a questionar: *frase* e *enunciado* são a mesma coisa? Em vista disso, diz Farias (2003, p. 161):

As lacunas apontadas resultam numa indeterminação e confusão terminológica no que se refere às noções gerais do processo da comunicação, tais como *língua, fala, discurso, oração, frase, enunciado*, concluindo Bakhtin que “em quase toda parte os estudiosos se divertem com o enredamento de todas essas significações”, resultando disto “um menosprezo total pelo que é a unidade real da comunicação verbal: o enunciado.”

Essa “confusão terminológica” é fruto da falta de uma delimitação clara das fronteiras de tais unidades conceituais; por isso, como visto acima, *enunciado* e *frase* se apresentam como sinônimos, o que necessariamente não é verdade. Contudo, na esteira da memória discursiva, todos os autores se prendem a uma espécie de “matriz conceitual”, a qual é retomada em novo acontecimento. Farias (2003) chama a atenção para o fato de que o termo enunciado “quando aparece nas gramáticas [...] é apenas uma referência vaga, pouco precisa. Em geral vem associado à noção de fala (ou discurso), entendida no sentido saussureano do termo e, portanto, muito distante da concepção dialógica do enunciado bakhtiniano” (FARIAS, 2003, p.166). Nesse sentido, o termo *enunciado* aparece como parte dos conceitos sem que, no entanto, seja previamente

² Grifos do autor.

definido, esclarecido para o leitor; donde se infere que os autores pressuponham que seja do conhecimento do leitor, como ocorre nas definições de *oração* em (14) e (17). O mesmo ocorre com o termo *enunciação*, que aparece nas definições de *frase* em (1) e (4).

Para Farias (2003, p. 167), como a frase é definida “como unidade de comunicação, cuja função seria expressar o pensamento ou o sentimento”, essa definição reduz as concepções da língua e despreza a “sua função pragmático-discursiva, centrada na interação”. De fato, essa concepção de frase, “como unidade de comunicação”, pode ser vislumbrada em todos os itens, de (1) a (7); como ‘expressão de um pensamento ou sentimento’, encontra-se em (3) e (8).

Da mesma forma, essa “confusão” terminológico-conceitual se dá também com o conceito de *oração*. Segundo Bakhtin (2003, p. 287),

A oração enquanto unidade da língua é desprovida da capacidade de determinar imediata e ativamente a posição responsiva do falante. Só depois de tornar-se um enunciado pleno, uma oração particular adquire essa capacidade. Qualquer oração pode figurar como enunciado acabado, mas, nesse caso, é completada por uma série de elementos muito substanciais de índole não gramaticais, que lhe modificam a natureza pela raiz. E é essa circunstância que serve de causa a uma aberração sintática especial: ao analisar-se uma oração isolada, destacada do contexto, inventa-se promovê-la a um enunciado completo. Conseqüentemente, ela atinge o grau de conclusibilidade que lhe permite suscitar resposta. [grifos nosso]

Bakhtin, ao negar que a oração tem a “capacidade de determinar imediata e ativamente a posição responsiva do falante”, afirma que esta capacidade pertence ao enunciado. No entanto, ele não nega que uma oração pode ser um enunciado. Pelo contrário, ele frisa que “só depois de tornar-se um enunciado pleno, *uma oração particular adquire essa capacidade.*” O que o autor ressalta é que a oração, invariavelmente, por estar em determinado contexto é tomada como enunciado porque o contexto favorece percebê-la como tendo um sentido completo; daí, diz o autor, ocorre o que ele chama de “aberração sintática”.

Essa discussão de Bakhtin em torno da oposição oração x enunciado pode ser aplicada a frase x enunciado, a período x enunciado. Apesar de a análise de Farias (2003) ter sido aplicada aos conceitos contidos em GN, os conceitos extraídos aqui da GD e dos manuais também prescindem de definir, esclarecer ao leitor o que é *enunciado*. Sendo essa categoria conceitual da FD da Linguística, era de se esperar que os SAL corrigissem essa falta dos SAG. No entanto, isso não

ocorre. Antes, eles repetem os conceitos/definições que seguem a esteira da tradição normativo-gramatical, como vimos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os *sujeitos-autores* – gramáticos e linguistas, pelo menos os aqui abordados – revelam-se mais dentro do que fora do arquivo da tradição normativo-gramatical. Os SAL não apresentam uma “nova verdade” capaz de substituir a “verdade” da tradição, apesar de criticá-la duramente. Ao contrário do que esperávamos, antes a acolhem no bojo dos jogos de “verdade científica”. Seus discursos se construíram e se constituíram sobre *jogos de verdade* que se contrapunham com críticas aos da tradição normativo-gramatical; no entanto, aqui eles se revelam nada inovadores. Os conceitos/definições por eles estabelecidos para as categorias sintáticas abordadas seguem os mesmos dos SAG.

Os *sujeitos-autores*, gramáticos e linguistas, que analisamos neste trabalho, se revelaram muito próximos em seus dizeres, pois os *jogos de verdade* em que estão envolvidos apontam para uma convergência de seus dizeres. Os SAG procurando estar em consonância com os jogos de verdade da ciência da linguagem e os SAL não conseguindo se colocar fora do arquivo da tradição normativo-gramatical, a ponto de não corrigem as falhas, imprecisões e equívocos que eles tanto criticam. Portanto, os SAL não ficam fora completamente do arquivo dessa tradição.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, J. C. *Fundamentos de gramática do português*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BAKHTIN, M. Os gêneros discursivos. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 236-292.

BALDINI, L. Crônicas e controvérsias: a NGB e a autoria no discurso gramatical. *Línguas e instrumentos lingüísticos*, v. 1, p. 97-106, 1998.

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. *Gramática reflexiva: texto, semântica e interação*. São Paulo: Atual, 1999.

CUNHA, C. F. *Gramática da língua portuguesa*. 11. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1986.

FARIAS, W. S. Teoria do enunciado e teoria gramatical: (des)enredamento de conceitos. *Graphos*, n. 1, p. 159-176, 2003.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007a.

_____. Poder e verdade. In: *Microfísica do poder*. 23. ed. São Paulo: Graal, 2007b. 1-14.

_____. *A ordem do discurso*. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

INFANTE, U. *Curso de gramática aplicada aos textos*. 6. ed. rev. ampl. São Paulo: Scipione, 2001.

MACAMBIRA, J. R. *A estrutura morfo-sintática do português: aplicação do estruturalismo lingüístico*. 9. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

NICOLA, J.; INFANTE, U. *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. 15. ed. São Paulo: Scipione, 1999.

OLIVEIRA, M. A. Dialogismo: a *ordem* do enunciado. *Graphos*, v. 9, n. 2, p. 71-80, 2007.

_____. Linguagem de *defloramentos*: hidra imortal. In: *Na imortalidade da fábula: o mesmo e o outro como "jogos de verdade"*. Tese de doutorado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005. (mimeo) p. 5-59.

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.

POSSENTI, S. Sobre dois conceitos de Foucault. In: *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. p. 169-179.

SACCONI, L. A. *Nossa gramática: teoria e prática*. 20. ed. rev. atual. São Paulo: Atual, 1996.